

Baumann, Renato

Working Paper

A geoeconomia e a estrutura produtiva brasileira

Texto para Discussão, No. 3078

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Baumann, Renato (2025) : A geoeconomia e a estrutura produtiva brasileira, Texto para Discussão, No. 3078, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, <https://doi.org/10.38116/td-port>

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/311652>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.



<https://creativecommons.org/licenses/by/2.5/br/>

TEXTO PARA DISCUSSÃO

3078

**A GEOECONOMIA E A ESTRUTURA
PRODUTIVA BRASILEIRA**

RENATO BAUMANN



**A GEOECONOMIA E A ESTRUTURA
PRODUTIVA BRASILEIRA¹**

RENATO BAUMANN²

1. Este trabalho não teria sido possível sem o apoio estatístico de parte de Fernando Ribeiro, Marco Aurélio Mendonça e Tainari Taioka. A responsabilidade por questões remanescentes é exclusivamente do autor deste *Texto para Discussão*.

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dinte/Ipea).
E-mail: renato.baumann@ipea.gov.br.

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

ARISTIDES MONTEIRO NETO

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais,
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

FERNANDA DE NEGRI

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

RAFAEL GUERREIRO OSÓRIO

Diretora de Estudos Internacionais

KEITI DA ROCHA GOMES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

**Coordenadora-Geral de Imprensa e
Comunicação Social**

GISELE AMARAL

Ouvidoria: <https://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <https://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2025

Baumann, Renato

A Geoeconomia e a estrutura produtiva brasileira / Renato

Baumann. – Rio de Janeiro: Ipea, 2025.

46 p. – (Texto para Discussão ; n. 3078).

Inclui Bibliografia.

ISSN 1415-4765

1. BRICS. 2. Bens de Produção. 3. Geoeconomia. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Título.

CDD 338.91

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva CRB-7/6844.

Como citar:

BAUMANN, Renato. **A Geoeconomia e a estrutura produtiva brasileira.**

Rio de Janeiro: Ipea, jan. 2025. 46 p. (Texto para Discussão, n. 3078).

DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/td3078-port>

JEL: F14, F23, F42, F52.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

Acesse: <https://repositorio.ipea.gov.br/>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE	
ABSTRACT	
1 INTRODUÇÃO	6
2 GEOECONOMIA: CONCEITUAÇÃO, DEBATE A RESPEITO E EXEMPLOS.....	9
3 GEOECONOMIA NA PRÁTICA.....	14
4 OS GRAUS DE VINCULAÇÃO GEOGRÁFICA DA ESTRUTURA PRODUTIVA BRASILEIRA.....	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	37
APÊNDICE A – BENS DE PRODUÇÃO NAS SEÇÕES 5 A 8, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO PADRÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL – REVISÃO 4 (2006)	40
APÊNDICE B.....	44

SINOPSE

A maior parte das análises das relações econômicas entre dois países ou grupo de países se concentra nas relações comerciais e nos fluxos de recursos. O foco adotado neste *Texto para Discussão* é diferente, ao identificar o peso de parceiros selecionados no que seria sua capacidade de influenciar a estrutura produtiva do Brasil. São considerados dois períodos, imediatamente antes e logo após a pandemia da covid-19. Os resultados mostram que a importância do grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) tem aumentado não apenas no fluxo total de mercadorias, mas também no fornecimento de bens de produção para diversos setores brasileiros.

Palavras-chave: BRICS; bens de produção; geoeconomia.

ABSTRACT

Most analyses of the economic relationship between two countries focus on bilateral trade relations and resource flows. The approach here is different, in that it aims to identify the relative weight of selected partners and their capacity to influence the productive structure in Brazil. Two moments are considered, before and after the covid-19 pandemic. Results show that the relative importance of the BRICS has increased not only on the bilateral merchandise flows, but also in the provision of production goods to several productive sectors in Brazil.

Keywords: BRICS; production goods; geoeconomics.

1 INTRODUÇÃO

O jogo mais duradouro da China é o go (...). Múltiplas batalhas são disputadas simultaneamente em diferentes regiões do tabuleiro (...). O go ensina a arte do cerco estratégico.

Henry Kissinger

A maior parte das análises das relações econômicas entre dois países ou grupo de países se concentra nas relações comerciais (os resultados da balança comercial bilateral e as pautas de exportação e importação) e nos fluxos de recursos, isto é, a magnitude e o ritmo dos investimentos diretos e/ou dos fluxos financeiros bilaterais.

O foco adotado neste *Texto para Discussão* é diferente. A partir da literatura recente sobre geoeconomia, a análise consiste em identificar o peso de alguns parceiros selecionados no que seria sua capacidade de influenciar a estrutura produtiva do Brasil. Isso se daria por meio da participação de cada parceiro nas importações brasileiras de bens de produção. À luz da lógica geoeconômica, quanto mais intensa a participação no emprego desses bens no processo produtivo local, maior a margem para a influência econômica e eventualmente política sobre o país.

A história é cheia de exemplos de que os interesses ou as pretensões de expansão do poder de diversos grupos, e mais recentemente dos Estados-nação, foram perseguidos e conseguidos por meio da força. Seja a invasão de territórios contíguos para expansão geográfica dos domínios, seja pelo domínio de territórios distantes, para caracterizar situações imperiais, o fato é que frequentemente os conflitos de interesses foram resolvidos pela via militar.

A dimensão territorial sempre foi uma característica básica dessa forma de atuação, o que gera a necessidade de se analisar tais movimentos sob a ótica da geopolítica: interesses específicos – econômicos e/ou políticos – têm uma dimensão geográfica, uma vez que o poder está associado à extensão de terra e povos sob o domínio de um grupo ou de uma nação.

É claro, no entanto, que essa opção por conquistas mediante a força explícita envolve custos econômicos a curto e médio prazos, além de a margem de sucesso nem sempre ser assegurada.

Eventualmente, é possível, para alguns países (mas não todos) conseguir resultados comparáveis, em termos de aumento do grau de influência sobre outros países pela via dos instrumentos econômicos e jurídicos internacionais, em lugar de apelar para soluções militares. É mais sutil, menos explícito, e eventualmente menos custoso em termos econômicos e políticos do que a opção pela força.

Essa é a lógica básica do que se convencionou chamar de *geoeconomia*. Ela guarda relação estreita com a geopolítica, mas enfatiza as ações adotadas por determinados países com projeção importante no cenário internacional em diversas instâncias, seja por medidas restritivas das relações bilaterais, seja pela atuação em organismos multilaterais. O que aparentam ser iniciativas pontuais desconexas podem ser lidas como partes de uma estratégia orientada ao aumento de poder de um país no cenário internacional.

Tais iniciativas passaram a ser mais frequentes na medida em que são facilitadas pela redução dos custos de comunicação, de transmissão de dados e pela presença de empresas de capital originário de um país em outros países.

Nem todos os países têm condições de desempenhar papéis ativos nessa *geoeconomia*. Esse é um atributo daqueles com capacidade de influenciar, por exemplo, a forma de atuação de um organismo multilateral. Os demais países são atores passivos de um jogo sutil entre esses agentes principais, e são afetados pelas consequências de suas ações.

Um dos aspectos relevantes dos eventuais desencontros entre os interesses desses países mais atuantes é a capacidade de influenciar o processo produtivo de diversos outros, por meio de políticas comerciais seletivas, pela definição de padrões produtivos específicos, não aceitos em terceiros mercados, pelo controle da oferta de matérias-primas, peças e componentes, ou mesmo por meio de condições impostas para assistência técnica, entre outras possibilidades.

Assim, é importante identificar, para uma economia, em que extensão sua estrutura produtiva está associada ao fornecimento de máquinas, equipamentos, partes, peças, componentes e matéria-prima advindos de outro ou de outros países, e se existe uma tendência à concentração no fornecimento desses bens de produção em poucos provedores, com o que os movimentos *geoeconômicos* adotados pelos provedores mais relevantes podem ter impactos ampliados sobre a capacidade produtiva do país.

Este *Texto para Discussão* traz os resultados de estudo sobre a origem geográfica dos bens de produção na economia brasileira. São considerados dois períodos, imediatamente antes e logo após a pandemia da covid-19, e selecionadas para análise as importações dos bens de produção provenientes dos BRICS originais bem como dos novos membros desse grupo, em comparação com o agregado dos Estados Unidos e da União Europeia (UE) e dos demais países (*resto do mundo*).

A análise é feita em âmbito agregado e por setores. Há indicações relevantes de que houve, entre esses dois períodos, um processo de substituição, com redução da participação dos Estados Unidos e da UE enquanto provedores de bens de produção, em detrimento dos produtos provenientes dos BRICS. A associação com uma dimensão geoeconômica é imediata, uma vez que há alteração dos vínculos econômicos no núcleo central dos processos produtivos, em benefício de outros países parceiros, com visões distintas em relação à governança global, para mencionar apenas um dos aspectos em que há divergências. Em tempos de desencontros entre parceiros importantes, o alinhamento de posições no cenário internacional pode vir a ter implicações sobre o processo produtivo.

O texto está dividido em cinco seções. A próxima apresenta de forma sistemática o debate sobre o próprio conceito de geoeconomia. Como ficará claro, trata-se de algo que é mais fácil identificar do que descrever.

A terceira seção traz diversos exemplos de ações variadas, de parte dos principais atores no cenário internacional, que caracterizam movimentos esparsos, mas de fato aparentemente orientados, em direção à consolidação ou ampliação de poder dos países que adotam tais ações.

A quarta seção abrange os resultados dessa análise para o Brasil. São mostrados indicadores da importância relativa dos parceiros selecionados para o volume total comercializado pelo Brasil, com a previsível constatação do peso dos BRICS. A avaliação avança na identificação do peso relativo desses parceiros por grandes conjuntos de produtos, e na esfera de setores. Essa identificação em âmbito setorial foi feita a partir dos coeficientes da Matriz de Insumo-Produto brasileira, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),¹ e ela permite averiguar a evolução, entre os dois períodos, da participação de cada uma dessas origens nas importações de bens de produção por parte de 26 setores produtivos. Fica claro que a relevância dos BRICS tem

1. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9085-matriz-de-insumo-produto.html>.

aumentado não apenas no fluxo total de mercadorias, mas também no fornecimento de bens de produção para diversos setores.

A quinta seção traz considerações de caráter geral e sugestões de próximos tópicos para análise futura.

2 GEOECONOMIA: CONCEITUAÇÃO, DEBATE A RESPEITO E EXEMPLOS

A análise das relações entre países, por muito tempo, enfatizou a dimensão territorial, ou seja, os aspectos físicos que delimitam o território nacional em cada país determinam sua política externa. Até pelo menos o início do século XX, a expansão geográfica era elemento central da relação de poder entre países, seja no relacionamento entre metrópole e colônia ou posturas de tipo imperial, com ênfase no domínio administrativo sobre a maior extensão geográfica possível. Mais território e mais recursos significavam ganhos para uns países e perdas para outros.

Dada a ênfase na dimensão regional, esse formato de relacionamento frequentemente leva à adoção de políticas mercantilistas no comércio internacional. A acumulação de saldos positivos deve sempre beneficiar a economia dominante. Trata-se de um *jogo de soma zero* entre os diversos países, na busca de resultados positivos no comércio e nos investimentos.

Diretamente relacionada a essa lógica, vigora a dimensão militar. Eventuais desencontros entre posições de países distintos são resolvidos pela força das armas.

A essa perspectiva de análise se convencionou chamar geopolítica. Ela associa características geográficas ao poder internacional. Um exemplo histórico típico de sua relevância foi a disputa entre países europeus ocidentais para criar impérios nos mais diversos continentes, e com isso adquirir poder nas relações internacionais. A ideia nazista de “espaço vital”, que justificou a invasão de países vizinhos, assim como a invasão italiana da então Abissínia (atual Etiópia) na década de 1930 seguiam a mesma lógica.

Com a crescente movimentação internacional de fatores de produção nas últimas décadas, as alterações associadas ao processo de globalização produtiva e financeira, sobretudo os processos produtivos interligados, e dadas as facilidades de comunicação, essa racionalização baseada nos limites geográficos perde boa parte do seu significado.

Isso não quer dizer, porém, que a ênfase mercantilista tenha desaparecido, apenas mudou de roupagem e passou a se apresentar de maneira bem mais dissimulada.

Esse novo cenário – em que boa parte das disputas entre países se dá, na maioria das vezes, não mais por meio de conflitos militares, mas de maneira mais disfarçada, com medidas de cunho econômico – tem demandado nova identificação e novos critérios de análise. Parte dessa opção tem a ver com os próprios custos crescentes e expressivos das ações militares, cada vez mais determinados por componentes de alta tecnologia.

A racionalidade da geopolítica evoluiu para o que se convencionou chamar geoeconomia. Isso não significa um descolamento de boa parte das considerações relativas a conflitos de poder, apenas a ênfase na dimensão geográfica é substituída pelo reconhecimento do peso das intervenções possíveis via mecanismos de mercado. O termo geoeconomia é da década de 1990 e sua paternidade é associada a Edward Luttwak. A geoeconomia é considerada um desdobramento da geopolítica.

Da mesma forma que, no entendimento geral, a visão de uma situação de crise é mais simples de se identificar do que descrever, também não é clara a definição ou a conceitualização precisa de geoeconomia.

Segundo o conceito proposto por Luttwak, de acordo com Moraes (2024), a geoeconomia é a aplicação da *lógica de conflito* às relações econômicas internacionais. Os Estados agem como sempre fizeram, mas agora no âmbito econômico, procurando fortalecer o seu poder por meio do desenvolvimento de capacidades que possibilitem a conquista de posições desejadas na economia mundial.

Talvez por sua dificuldade intrínseca de identificação precisa, o conceito de geoeconomia não parece muito próximo de algo consensual.

Baru (2012) considera que a geoeconomia pode ser definida de duas maneiras distintas: como o relacionamento entre a política econômica e as mudanças no poder nacional nas consequências dos fenômenos econômicos; ou, em sentido inverso, como a análise das consequências econômicas das tendências da geopolítica e do poder nacional.

Essa é uma definição próxima da de Blackwill e Harris (2016), na qual a geoeconomia é entendida como o uso de instrumentos econômicos para promover e defender

os interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos benéficos, assim como os efeitos das ações de outras nações sobre os objetivos geopolíticos de um país.

Já para Baracuhy (2015), a geoeconomia trata da configuração do poder econômico internacional e das interações entre poder econômico e poder político na competição geoestratégica entre as principais potências econômicas internacionais.

Segundo Jaeger e Brites (2020), a geoeconomia é definida como o estudo dos efeitos e causas materiais das disputas de poder entre diferentes atores na ordem internacional. Os fatores econômicos são considerados recursos de poder por si sós, transformando a lógica de distribuição de poder e o perfil de competição entre Estados.

De maneira mais sucinta, Cowen e Smith (2009) defendem que geoeconomia é basicamente uma abreviatura para uma questão complexa, a interseção da economia e das finanças com considerações sobre política e segurança globais.

Também em formato expedito, Wigell *et al.* (2022) definem geoeconomia como a busca de poder político usando meios econômicos. Isso compreende medidas como embargos, sanções, controles de exportações, subsídios anticompetitivos, mecanismos de monitoramento dos investimentos externos e medidas de localização de dados.

Para Austvik (2018), a geoeconomia descreve e analisa a distribuição de recursos nos Estados e entre Estados, com foco nas capacidades industrial, tecnológica, científica e administrativa, assim como os fluxos comerciais e financeiros.

Clayton, Maggiori e Schreger (2024) consideram que geoeconomia é o nome que se dá ao uso que os países hegemônicos fazem de seu poder econômico e financeiro para extrair excedentes econômicos e políticos de outros países.

Para Yu (2017), a geoeconomia diz respeito à busca, por uma nação, de um desempenho econômico forte e competitividade econômica sustentável, com foco no espaço econômico, considerando conectividade de transportes, comércio, investimento, redes produtivas e capacidade econômica e financeira.

Roberts, Moraes e Ferguson (2019) argumentam, diferentemente, que alguns analistas usam o termo geoeconomia para descrever ações microeconômicas, enquanto outros o fazem para descrever mudanças em âmbito macro. Em vista dessa dicotomia, propõem usar a expressão *ordem geoeconômica* para caracterizar mudanças macro entre economia e segurança nos regimes que governam as normas internacionais para comércio e investimento.

Já tanto para Scholvin e Wigell (2018) como para Mattlin (2016), simplesmente não existe uma definição plenamente aceita do que é geoeconomia, e os acadêmicos que usam esse termo não conseguem estabelecer a separação entre geoeconomia e geopolítica. Geopolítica lida com bases econômicas de poder que têm clara dimensão geográfica. Alguns países possuem recursos que outros não têm. Ao mesmo tempo, geoeconomia é o tratamento de como os instrumentos econômicos são usados para controlar áreas geográficas específicas, a exemplo da esfera de influência de países hegemônicos.

Ainda segundo Mattlin (2016), há três tipos de enfoques para a questão da geoeconomia. Um primeiro discute geoeconomia como uma forma da arte de governar, seja da perspectiva econômica, financeira, energética ou outra. Um segundo enfoque enfatiza o espaço geográfico, salientando, por exemplo, as complementaridades econômicas entre economias vizinhas numa mesma região. Outro enfoque evidencia a dimensão social e política, destacando de que modo os fluxos econômicos globais influenciam as formas sociais e de cidadania, como no tratamento dos direitos humanos.

Seja como for, é importante repetir que a geoeconomia substituiu em grande medida o uso exclusivo de força militar para lidar com certas situações. O recurso à adoção de medidas econômicas passou a ser uma alternativa e a coexistir com instrumentos militares como ferramentas para exercício de poder internacional, de tal forma que os países podem considerar qual opção é mais adequada para lidar com os desafios a cada momento.

O que se observa, no entanto, é que a intensificação de iniciativas afirmativas de poder tem tido como contrapartida um aumento na adoção de medidas defensivas por antecipação (*hedge*, na expressão inglesa) por parte das principais economias, a exemplo de mecanismos de monitoramento de investimentos externos, sanções econômicas, controles de exportações e de importações, adoção de políticas industriais, inclusão da dimensão de segurança em acordos comerciais e de investimento, entre outras. Em resposta, o cenário vai se consolidando gradualmente como um distanciamento entre as principais economias, dando margem à crescente polarização econômica e política.

Como enfatiza Baracuhy (2015), a geoeconomia é um tipo especial de competição geopolítica, uma vez que pressupõe efeitos simultâneos em duas dimensões: o uso do poder econômico (comercial, financeiro, tecnológico) para o exercício de poder e aumento da influência geopolítica e o uso do poder geopolítico (recursos diplomáticos, militares, científicos etc.) para fins de influência econômica.

Mais recentemente tem sido enfatizado (Baru, 2012), além da disponibilidade dos fatores tradicionais de produção, o poder de alguns países gerarem tecnologia em ritmo e proporções diferenciados, o que – associado a características demográficas – representa fonte adicional de vantagem competitiva, constituindo, portanto, um elemento a mais em termos geoeconômicos.

Outro componente de crescente importância geoeconômica é a dimensão ambiental, tendo em vista a progressiva conscientização da relevância de se adotar medidas redutoras das emissões de elementos contaminantes. Países com maior potencial de adoção de energias limpas e com estruturas produtivas mais ambientalmente amigáveis tendem a ter maior aceitação pelo mercado para seus produtos, tudo o mais constante.

Como ressalta Austvik (2018), dado que nesse novo cenário há interação das autoridades nacionais, das influências internacionais e do setor empresarial, o Estado não é mais o único ator a determinar os resultados. O peso geopolítico de um país é influenciado pela escala e amplitude de sua dependência em relação ao empresariado (nacional e internacional) e a outros países.

Independentemente das características de uma ação que reflita postura de busca de poder econômico, a competição de tipo geoeconômico compreende objetivos de longo prazo, mesmo que isso implique perdas a curto prazo. É possível violar princípios básicos da lógica econômica de eficiência estática, caso os resultados prováveis a longo prazo sugiram benefício maior, segundo os interesses da política do país. É a lógica de construir o que se convencionou chamar de vantagens comparativas dinâmicas.

E mais: não é de esperar tais iniciativas de busca de poder de parte de qualquer país. A probabilidade de sucesso é tanto maior quanto mais forte for a economia do país ativo nesse sentido. Há uma correlação direta entre o potencial de benefício a longo prazo e a disponibilidade de recursos e a atratividade do mercado interno das economias mais exitosas em termos geoeconômicos, o que as permite usar mecanismos de pressão sobre a movimentação de recursos e/ou barreiras à entrada no mercado interno como instrumentos de pressão sobre outros países.

Some-se a isso a característica de interação crescente das técnicas de produção agrícola e manufatureira com o setor de serviços (transporte, comunicação, processamento de dados, consultorias etc.), e fica claro que os ganhos em termos geoeconômicos são mais facilmente obtidos pelos países de maior poder econômico, onde o setor de serviços mais sofisticados é predominante na produção agregada e sua oferta mais eficiente do que em economias de renda média, por exemplo.

Há, portanto, um grau de determinismo das medidas adotadas pelos participantes de maior peso no cenário econômico e político internacional e as repercussões sobre as demais economias.

3 GEOECONOMIA NA PRÁTICA

A lista de exemplos do uso de instrumentos econômicos para elevar o poder relativo de alguns países é enorme e variada. Um dos mais referidos e mais óbvios do exercício de poder geoeconômico é o conjunto de dificuldades políticas e de ordem prática experimentadas por determinadas instituições multilaterais.

No caso da Organização Mundial do Comércio (OMC), as dificuldades recorrentes para avançar nas negociações sobre alguns temas, a exemplo das normas para o comércio de produtos agrícolas, as disciplinas para a provisão de subsídios e os questionamentos do órgão de solução de controvérsias (que têm levado a não indicação de novos representantes, inviabilizando sua operação), entre outras fontes de desencontro, têm implicações significativas para o exercício do mandato institucional de ordenador das disciplinas do comércio internacional.

O Fundo Monetário Internacional tem sido palco de disputas recorrentes, em particular no tocante à necessidade de reforma do sistema de quotas dos diversos países e às condicionalidades impostas aos países que solicitam apoio de parte do fundo. No caso do Banco Mundial, entre outros temas, a questão da nacionalidade dos presidentes da instituição permanece assunto demandando acordo.

Em outras instituições multilaterais, a exemplo de algumas agências das Nações Unidas, a inconformidade com determinadas posições adotadas por essas agências tem levado com frequência à suspensão da contribuição financeira por parte de alguns países de alta renda, como forma de pressão para que a atuação desses organismos se ajuste aos objetivos desses países.

De modo geral, a lógica subjacente a exercícios de integração regional tangencia a percepção de ganho geopolítico. A exemplo da criação da UE e da adoção de moeda comum por países europeus, os exercícios de integração regional são uma forma de influenciar a posição internacional dos países que compõem cada um desses grupos, em diversas dimensões, implicando prejuízo (via perda de mercado ou outras consequências) a outros países.

Esse é igualmente o resultado dos chamados *mega-acordos* compreendendo países variados, como a Associação de Nações do Sudeste Asiático mais China, Coreia do Sul e Japão (Asean + 3), o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP), a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP) e a Área de Livre-Comércio Continental Africana (AfCFTA), entre outros.

Entre diversas outras facilidades, os produtos dos países-membros desses mega-acordos têm acesso aos mercados dos sócios em condições mais favoráveis do que os de terceiros fornecedores. Quando envolvem adicionalmente facilidades para a consolidação de cadeias produtivas entre os países-membros, isso se traduz em ganhos de competitividade, aumentando as chances de elevar a presença dos seus produtos no mercado internacional.

Durante muitos anos um dos contenciosos entre diversos países ocidentais e a China foi centrado na política cambial deste país. A acusação era de que ao preservar uma taxa de câmbio desvalorizada a China estaria assegurando superávits comerciais crescentes. Ao longo do tempo, essa percepção foi motivando a adoção progressiva de barreiras a produtos chineses.

Mas não apenas a China tem sido objeto de barreiras. Nos Estados Unidos as reações a potenciais inimigos têm motivado, ao longo do tempo, tanto a adoção de novas restrições como a explicitação dos seus alvos.

Em 2017, nos Estados Unidos, foi aprovado o Countering America's Adversaries Through Sanctions Act (The United States of America, 2017a), com o propósito de viabilizar sanções econômicas contra o Irã, a Rússia e a Coreia do Norte, além de outros países que viessem a manter relações no campo de defesa com esses três países.

Quando a Rússia invadiu a Crimeia em 2014, os países ocidentais fizeram retaliações, expulsando-a do Grupo dos Sete (G7), onde são discutidas as principais medidas econômicas. A invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022 motivou uma quantidade enorme de novas sanções econômicas por parte dos Estados Unidos, da UE, entre outros, incluindo algo sem precedente histórico: o congelamento do acesso às reservas de divisas daquele país, depositadas em bancos ocidentais.

Se permanecem indefinições relativas ao funcionamento de organismos multilaterais, provocadas pelo jogo político-diplomático por parte de algumas das principais economias, o conjunto crescente de medidas diretas ou indiretas que afetam as transações da China com os Estados Unidos e a UE – que acumulam déficits anuais da

ordem de centenas de bilhões de dólares com aquele país – fornece igualmente uma lista extensa de exemplos de ações associadas à geoeconomia.

Uma novidade dos últimos anos é o ressurgimento de medidas de política industrial em países que sempre criticaram o ativismo de promoção setorial como uma distorção. Essa nova onda tem a característica adicional (Baumann, 2024) de justificar esse novo ativismo com argumentos de segurança nacional. Essa associação entre segurança econômica e segurança nacional implica o risco de se criar um ambiente político que justifique a perpetuação de barreiras protecionistas prolongadas e diversificadas, e é motivo de crescente preocupação por parte de terceiros países, por seus potenciais efeitos sobre a concorrência nos principais mercados.

Em 2015, a China adotou o programa Made in China 2025 (Made..., 2015) identificando dez setores prioritários, de modo a atingir a liderança tecnológica global em 2049. Esse foi o primeiro plano destinado a “transformar a China de um gigante manufatureiro numa potência manufatureira mundial” (*op. cit.*, tradução nossa), para a preocupação de vários outros países.

Já em 2017 o documento de Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos classificou a China como uma “potência revisionista” (The United States, 2017b, p. 25, tradução nossa) e “competidor estratégico” (*op. cit.*) que usa “economia predatória” (*op. cit.*) para intimidar seus vizinhos, e declarou que “segurança econômica é segurança nacional” (*op. cit.* p. 18, tradução nossa).

Em 2021 os Estados Unidos adotaram medida de controle sobre investimentos em empresas chinesas e em documento sobre as relações comerciais com aquele país há referências explícitas ao “desafio chinês”, justificando a adoção de diversas medidas de barreiras comerciais. Também nesse ano foi aprovado o Bipartisan Infrastructure Investment and Jobs Act. No ano seguinte foram adotados o CHIPS and Science Act e o Inflation Reduction Act (Baumann, 2024).

Em 2022 a UE anunciou seu European Union Chips Act,² visando recuperar autonomia estratégica em semicondutores, no que se refere a produção, desenvolvimento tecnológico e aplicações. Em 2023 adotou o Green Deal Industrial Plan,³ para estimular

2. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/european-chips-act_en.

3. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/green-deal-industrial-plan_en.

a competitividade em setores industriais com zero emissão de carbono e acelerar a transição para a neutralidade climática.

Todas essas são iniciativas que provocam grande preocupação de parte de terceiros países, dado que, se bem-sucedidas, implicam necessariamente deslocamento de posições no cenário internacional, sobretudo em alguns setores de grande relevância para processos produtivos e/ou para o progresso tecnológico.

Outro conjunto de ações está associado aos fluxos de recursos internacionais. Em 2013 a China anunciou a criação de seu programa Nova Rota da Seda, envolvendo US\$ 1 trilhão para novos projetos. Originalmente concebido como um conjunto de projetos de infraestrutura terrestres e marítimos que facilitariam o intercâmbio de produtos chineses e de uma série de países ocidentais, o programa evoluiu para o financiamento de obras variadas em diversos continentes – em vários casos, com a garantia real de ativos, a serem passados para domínio chinês em situações de inadimplência no pagamento dos empréstimos realizados. Para uma gama de analistas, esta, que é uma iniciativa sem paralelo hoje no mundo e a mais significativa mobilização de recursos para investimentos desde o Plano Marshall, tem um componente implícito de expansão geográfica dos interesses chineses. São a geoeconomia e a geopolítica juntas no mesmo processo.

Outro indicativo claro de iniciativas que representam ações de tipo geoeconômico é a alta, nos últimos anos, do número de mecanismos de monitoramento dos investimentos externos. Tais mecanismos foram criados em vários países, e ampliados os mandatos onde esses mecanismos já existiam, com reflexos no aumento expressivo do número de projetos investigados (Sanchez-Badin *et al.*, 2022). Segundo Roberts, Moraes e Ferguson (2019), esse número crescente de tais mecanismos, assim como o fortalecimento dos mandatos dos já existentes, reflete medida deliberada de parte dos Estados Unidos, onde o Congresso recomendou ao presidente ajudar os países parceiros a implementarem ou intensificarem esse tipo de ação, como forma de afetar os investimentos chineses.

Os processos de licitação pública para fornecimento de infraestrutura de transmissão de dados em alguns países foram afetados pela necessidade de decisões importantes de política interna, uma vez que os Estados Unidos ameaçavam retaliação na hipótese de serem aceitos produtos fornecidos por uma empresa de origem chinesa, sob suspeita de espionar os países ocidentais a mando do governo chinês.

A lista de exemplos mais facilmente identificáveis ou mais facilmente classificáveis como movimentos geoeconômicos poderia ser estendida consideravelmente. Entretanto, a análise não se esgota nesse ponto. Tão importantes quanto esses exemplos são as iniciativas pontuais, disfarçadas frequentemente de medidas de política industrial ou de medidas necessárias para a segurança nacional dos países que as adotam, e que podem afetar os processos produtivos de outros países. Afinal de contas, geoeconomia essencialmente relaciona o cenário amplo, global, com os acontecimentos em esfera micro, de mercados.

A geoeconomia compreende medidas que buscam aumentar os interesses econômicos de um país enquanto disciplinam seus competidores estratégicos. Isso necessariamente afeta a natureza das relações entre governos e o setor privado, com os governos intervindo com frequência de modo a beneficiar seus produtores.

Segundo Blackwill e Harris (2016), trata-se não mais de capitalismo de mercado, mas do ressurgimento de um capitalismo de Estado: os governos detêm dois quartos das reservas globais conhecidas de energia; as empresas estatais respondem por parcela expressiva do total investido no planeta; e um número significativo de empresas estatais figura entre as maiores do mundo, segundo a revista *Forbes*, assim como suas ações predominam nas bolsas de valores de diversos países.

Essa situação tem várias implicações. Duas importantes são, primeiro, o fato de que o relacionamento dos governos com o setor produtivo se dá em bases bem distintas do sugerido num sistema de livre-mercado, dado o poder político das grandes empresas, sobretudo as de capital estatal, e sua relação com os interesses estratégicos dos governos.

A relação dos governos com as grandes empresas, se de um lado envolve a adoção de estímulos a setores específicos, inclusive com a adoção de barreiras a competidores externos, ao mesmo tempo é influenciada em sentido inverso, uma vez que os mercados internacionais são hoje mais integrados do que nunca, graças às facilidades de comunicação, processamento de dados e de transporte, com capacidades de resposta e adaptação em curtíssimos espaços de tempo e envolvendo montantes expressivos de recursos. Isso afeta as escolhas possíveis por parte de cada país, em termos das políticas interna e externa dos países.

Um dos exemplos mais claros foi o impacto, sobre os processos produtivos de vários setores, das dificuldades de acesso a insumos em função do fechamento de portos e plantas produtivas no período de pandemia da covid-19. O reconhecimento e a

preocupação quanto ao grau de dependência da oferta chinesa desses produtos provocou alterações nos planos de investimento por parte de diversas empresas e levou vários países a adotarem estímulos à substituição de importações e ao deslocamento de unidades produtivas para países vizinhos.

Uma segunda implicação do novo cenário é que esse contexto de interação entre governo e empresas como ferramenta para atingir objetivos geopolíticos implica processos de concorrência crescente entre países por meio dos estímulos a setores prioritários, o que acaba por afetar o sistema internacional de trocas, assim como os fluxos de recursos.

Em que pesem os reiterados esforços de parte da China, por exemplo, diversos países se negam a reconhecer esse país como uma economia de mercado para os propósitos das ações comerciais regulamentadas no âmbito da OMC, tendo em vista o peso das empresas estatais daquele país nos fluxos de comércio e investimento externo, assim como o grau de intervenção estatal nas empresas privadas. Como consequência, as análises em processos para a imposição de medidas *antidumping* tomam como referência preços exercidos em terceiros mercados, o que amplia a margem a ser adotada na imposição de medida protetiva.

Em vários países – desenvolvidos e em desenvolvimento – a preocupação, nos primeiros, com a concorrência por parte de economias consideradas adversárias e, nos segundos, com a criação de capacidade produtiva ou com as condições para elevar a competitividade de setores prioritários, tem levado à adoção de políticas – barreiras comerciais e/ou provisão de subsídios – a empresas tidas como potenciais *campeãs nacionais*, que podem ser eventualmente empresas de capital público. O que seria concorrência via mercado passa a assumir uma dimensão de disputa entre países.

O cenário para as transações globais, seja no âmbito comercial, seja para os investimentos diretos ou mesmo para movimentações financeiras (sem mencionar as barreiras às migrações) tem apresentado, portanto, um grau de turbulência e potencial conflitivo como não se via há tempos.

Esse jogo de poder gera implicações, evidentemente, e não apenas para os principais contendores. De fato, tem sido desafiante, para as economias de porte médio, encontrar posições de equilíbrio, não apenas para lidar com choques externos, mas também para o eventual alinhamento mais explícito com uns ou outros dos principais jogadores nesse tabuleiro econômico e político.

Há grande expectativa com relação ao processo eleitoral na principal economia do planeta, sobretudo quanto à evolução futura das relações entre os Estados Unidos e a China. Os efeitos das medidas adotadas nos dois países quanto às relações bilaterais podem ser expressivos sobre os demais, assim como medidas adotadas por outros parceiros de peso, como a UE.

Por exemplo, no passado recente, os Estados Unidos impuseram restrições às exportações de alguns produtos para a China. Entre outros afetados, estavam produtos agrícolas, como a soja. Isso provocou uma situação inusitada e extremamente favorável aos produtores brasileiros, que puderam explorar aquele mercado de enormes proporções sem a concorrência do principal competidor.

Mais recentemente, os Estados Unidos e a UE impuseram barreiras de vários tipos aos veículos elétricos provenientes da China. Como resultado, e em função da grande capacidade produtiva chinesa, tem havido aumento expressivo das vendas desses veículos em vários países, inclusive na América Latina.

Há alguns anos a UE começou a adotar medidas de ajuste da estrutura produtiva, refletindo preocupação com questões ambientais. As empresas operando nos países-membros da União tiveram que se adaptar. Isso incluiu a substituição de máquinas e equipamentos mais antigos por outros, mais ambientalmente amigáveis e mais eficientes. Como consequência, houve um aumento expressivo, no mercado internacional, da oferta de máquinas e equipamentos em bom estado, mas não compatíveis com as normas europeias, atraindo empresários de diversos países de fora da região. Esses países, por sua vez, tiveram que adaptar sua legislação e mecanismos de controle de importações, para não ficarem com parque produtivo tecnologicamente obsoleto, produzindo itens que inclusive teriam dificuldade para entrar no mercado europeu, dados os requerimentos de *produção limpa*.

Outra dimensão preocupante é a adoção de padrões (mais frequentemente referidos como *standards*) produtivos diferenciados. São características técnicas que os países com capacidade para tanto determinam que sejam utilizadas nos processos produtivos, e frequentemente condicionam o acesso ao seu mercado à observância desses padrões.⁴

4. Para uma ideia da importância do tema, conferir China... (2024) sobre os padrões chineses e a turbulência no mercado de tecnologia móvel.

Em princípio, trata-se de iniciativas para estimular a inovação e a melhora da competitividade. Mas a adoção de padrões diferenciados pode ser – e frequentemente é – um tipo de ferramenta com implicações geoeconômicas: produtos que não correspondam aos requisitos técnicos estabelecidos não podem ser comercializados nos mercados dos países que impõem esses requisitos.

Outra implicação, no caso de máquinas e equipamentos importados de um país ativo na adoção de padrões diferenciados, é que o país importador desses itens passa a depender do país que impôs os padrões para obter peças de reposição e assistência técnica. A única forma de competir com a produção deste último – sobretudo no seu mercado – é se adaptando às regras estabelecidas por ele.

Independentemente dos efeitos de transbordamento de eventuais conflitos bilaterais existe hoje uma situação, não menor, que de fato pode ter consequências diretas sobre as políticas econômicas de vários países. Trata-se de algo refletido implicitamente na epígrafe de Kissinger (2011), na introdução deste texto: a expansão *silenciosa* e efetiva de parte da China nos diversos continentes.

Simington (2024) enfatiza que a China é hoje o centro produtor e exportador de manufaturas, o que tem comprometido o desempenho das indústrias nas economias de alta renda. Os ganhos de mercado por parte dos produtos chineses não se devem apenas aos baixos custos com trabalho: outros países têm custos até mais baixos, no entanto seu desempenho sequer se aproxima do chinês. A explicação mais plausível é a proatividade do governo chinês em prover condições favoráveis para que suas empresas assumam posição de destaque no mercado internacional.

O governo chinês claramente priorizou a industrialização e a construção civil, e a estratégia de incentivar empresas via protecionismo, compromisso exportador, estímulos à inovação, provisão de créditos e fundos, para absorver prejuízo nos setores prioritários, tem dado resultados claros. Hoje a China é o principal produtor de manufaturas no planeta, e em vários setores representa a fronteira tecnológica – em ambas as condições, se traduzindo em motivos de grande preocupação para os Estados Unidos.

Como ressalta Simington (2024), o governo chinês privilegia não apenas uma política industrial *per se*, mas esta é parte de um plano geoestratégico maior, o que aparenta ser verdadeiro, a julgar por alguns indicadores. É o que transparece, por exemplo, a partir de iniciativas como a Cinturão e Rota, a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, os investimentos em setores produtores de itens não comercializáveis, como energia, em diversos países de vários continentes, os investimentos expressivos,

como em portos marítimos na África e na América Latina – motivando inclusive preocupação de parte de alguns países quanto ao seu potencial uso para fins militares. Além disso, figuram iniciativas como provisão expressiva de empréstimos a países de menor renda ou em situação de insuficiência de divisas, sem aceitar que eventuais inadimplências sejam resolvidas no âmbito do Clube de Paris, mas de forma direta, bilateral, e diversas outras medidas.

A essas iniciativas há que se acrescentar, com algum destaque, os esforços por parte da China para tornar o renminbi moeda de curso universal, de modo que possa ser aceita no maior número de transações comerciais e como unidade de reserva de divisas por parte do maior número de países, assumindo, assim, papel de relevância frente ao dólar e ao euro. O renminbi tem tido algum sucesso nas relações com países vizinhos e com a Rússia. Boa parte do comércio externo chinês já é feito em moeda nacional – outro exemplo claro de movimento em busca de poder, explicável por meio da lógica da geoeconomia.

As iniciativas chinesas podem ser, e frequentemente são, avaliadas sob uma ótica de preocupação com o advento de um competidor de peso, proativo e com objetivos globais pouco fáceis de se identificar, como num jogo de *go* – um prato cheio para avaliações de cunho conspiratório, que ressaltam características que sugerem uma estratégia de dominação mundial.

Com as ressalvas que esse tipo de abordagem extrema requer enquanto método de análise, do ponto de vista de uma economia emergente, como a brasileira, o fato de a China ser já há alguns anos o principal parceiro comercial, associado à composição das pautas de exportação e importação do país no comércio bilateral – essencialmente, troca de poucos produtos básicos por uma diversidade de manufaturados – sugere desde logo a necessidade de análise mais detalhada, sob a ótica das relações comerciais.

Acrescente-se a isso a gradual presença de produtos e de capitais chineses nas economias vizinhas, a ponto de afetar a participação de produtos brasileiros em mercados de parceiros tradicionais. Isso requer discussão mais cuidadosa dos elementos determinantes da perda de competitividade brasileira nesses mercados, inclusive a extensão do uso de mecanismos de promoção comercial, de parte da China, que possam ter contribuído para esse deslocamento.

Os investimentos chineses na economia brasileira, assim como em economias vizinhas, são outra dimensão relevante, uma vez que o acesso a esse fluxo considerável

de recursos poderia ser orientado de modo a contribuir para transpor limitações de infraestrutura nessas economias, em particular aquelas que uma vez superadas seriam capazes de estimular as transações entre economias vizinhas, contribuindo para a criação de cadeias regionais de valor.

Há, ainda, uma quarta dimensão importante de análise, menos explorada que as mencionadas até aqui. Trata-se de verificar o grau de dependência da estrutura produtiva brasileira em relação a produtos importados. Um sistema em que os bens de produção (máquinas, equipamentos, insumos, partes, peças, componentes e matérias-primas) são importados, de modo predominante, de um país fornecedor externo é um sistema com algum grau de vulnerabilidade a decisões tomadas fora do controle do governo local – seja pelo condicionamento a padrões produtivos determinados pelo país exportador desses bens de produção, seja pela dependência no acesso a partes e peças, ou mesmo ao suporte em termos de assistência técnica.

Como exemplo da relevância desse tipo de enfoque, Qiu, Xia e Yetman (2024) analisaram dados para cinquenta países, a fim de identificar eventuais consequências sobre os fluxos de comércio de 2017 a 2023 entre países com proximidade geopolítica – definida como semelhança nos votos emitidos nas Nações Unidas, e por consequência maior afinidade política e menor probabilidade de imposição de barreiras ao comércio. Tais autores concluíram que o alinhamento geopolítico influencia o volume de comércio,⁵ mas ao mesmo tempo países mais dependentes, em termos geopolíticos, de seus principais parceiros têm menos alternativas para a diversificação de parcerias, o que aumenta a exposição a riscos.

Cabe, portanto, investigar esse grau de vinculação geográfica em relação aos principais fornecedores potenciais desse tipo de bens ao país, a saber, os Estados Unidos, a UE e o conjunto dos BRICS, uma vez que nesse âmbito estão contidos não apenas a China, mas outros potenciais fornecedores, num conjunto agora ampliado, e dado que o Brasil é membro pleno desse grupo, estando sujeito às decisões do conjunto, ao mesmo tempo em que procura preservar as boas relações com outros parceiros.

4 OS GRAUS DE VINCULAÇÃO GEOGRÁFICA DA ESTRUTURA PRODUTIVA BRASILEIRA

A distribuição geográfica das origens dos bens de produção importados empregados nos processos produtivos dos diversos setores brasileiros pode ter implicações sobre

5. O volume transacionado, mais que os preços, cresce menos entre países geopoliticamente distantes.

o posicionamento do país em relação a alguns temas. Uma dimensão geoeconômica com possíveis repercussões geopolíticas, a proximidade geopolítica pode ser resultante da intensidade da dependência nos processos produtivos.

Esse conjunto de considerações ressalta a relevância de avaliar o grau de *vinculação* da estrutura produtiva do Brasil em relação aos principais ofertantes dos bens de produção, com o propósito de identificar a magnitude da participação desses bens nas importações de parte dos diversos setores produtivos, e a eventual concentração geográfica da origem desses itens.

Não se trata de questionar o grau de abertura da economia. De fato, são vários os indicadores que apontam no sentido de que o acesso a bens de produção importados deve, em princípio, contribuir para o aumento da competitividade da produção nacional, por razões de menor custo e maior sofisticação tecnológica. E persistem indicações de que a economia brasileira ainda precisaria avançar mais em promover um acesso mais amplo, nesse sentido.

A dimensão considerada aqui é estritamente sob a ótica geoeconômica: na medida em que exista um grau elevado de dependência de bens de produção originados de um único ou de poucos fornecedores, isso caracteriza uma situação de potencial vulnerabilidade da economia a decisões tomadas por governos de outros países.

Por exemplo, restrições impostas como resultado de conflito econômico entre as principais economias podem ter impacto negativo, seja pela carência de partes para a produção de certos itens, seja pela elevação dos seus preços no mercado internacional, como efeito secundário dessas restrições. Esse é um receio concreto e atual. Uma matéria publicada no jornal *Financial Times* (Dempsey e White, 2024) chama a atenção para o fato de que as restrições, por parte da China, à exportação de materiais requeridos para a produção de semicondutores começam a afetar as cadeias de produção desses itens, dando margem à preocupação quanto à insuficiência de estoques, e assim comprometendo a produção, nas economias ocidentais, de *chips* importantes para vários setores produtivos, assim como para fins militares.

De modo alternativo, a concentração de bens de produção originários de um mesmo país parceiro pode implicar efeitos positivos sobre a economia do país importador, na hipótese de aumento de disponibilidade desses produtos a preços mais baixos, e eventualmente com características tecnológicas mais avançadas.

Esse é o caso, por exemplo, de boa parte dos países da Asean (Hitatuka, 2024). A partir de acordo preferencial com a China, esses países passaram a ter ganhos de competitividade viabilizados pela importação de itens mais baratos e supostamente mais eficientes. Se é verdade que aumentou o seu déficit comercial com a China, comprovando o temor manifesto pelos produtores em diversos países, ao mesmo tempo esse ganho de competitividade permitiu ampliar de forma expressiva o superávit comercial com terceiros países, tendo como resultado líquido a obtenção de ganhos em sua balança comercial total.

Desse modo, seja pelos riscos potenciais ao se deparar com problemas provocados pelos efeitos negativos, como referidos acima, seja pela capacidade de se obter benefícios relacionados às características de produção e comercialização de bens de produção segundo o país de origem, é oportuno se ampliar o grau de conhecimento sobre a origem desses bens importados pelo Brasil.

A escolha dos parceiros a serem considerados tem a ver com seu potencial econômico e seu papel central no jogo de poder internacional, mas também com características específicas em cada caso.

Os Estados Unidos são destaque não apenas por serem a maior economia do planeta e geograficamente o grande mercado mais próximo do Brasil. São, também, tradicionais fornecedores de bens de produção, sendo fronteira tecnológica em diversos setores, e destino de boa parte dos investimentos externos brasileiros.

A UE é, igualmente, um dos mais importantes e tradicionais participantes do jogo de poder internacional, e conta com centros tecnológicos avançados. Além disso, a maior parte do estoque de investimentos externos no Brasil é de origem europeia, com o que parece razoável se supor que não deve ser baixa a probabilidade de relacionamento entre empresas de capital europeu operantes no Brasil e fornecedores nos seus países de origem.

Os BRICS, por sua vez, são um grupo formado com o objetivo explícito de influenciar a governança global. Responde por percentuais expressivos da produção (37%, mais que os 30% do G7) e da população (46%) mundiais, e recentemente ampliou o número de países-membros, segundo uma lógica geográfica com dimensões geoeconômicas. Como já dito, além da China há outros países participantes desse grupo que são potenciais fornecedores de bens de produção, razão pela qual o grupo será considerado em seu conjunto, como origem desses itens para setores produtivos brasileiros.

A análise é concentrada na participação de bens de produção originários dos parceiros selecionados nas importações totais brasileiras desses produtos. Quanto mais elevada a presença desses bens com origem num determinado parceiro, maior será a sensibilidade do processo produtivo com relação a acontecimentos ou decisões ocorridos nesse parceiro.

De modo semelhante, do lado das exportações, quanto mais elevado o peso de determinado mercado de destino, mais sensível será a produção brasileira em relação àquela economia.

Bens de produção são o conjunto de máquinas, equipamentos, partes, peças, componentes e matérias-primas empregados nos processos produtivos dos diversos setores. Por definição, são produtos que não são de consumo final. Para os propósitos deste exercício, são considerados os bens de produção manufaturados. Os produtos em questão são apresentados no apêndice A.

Na comparação entre os anos imediatamente anteriores à pandemia da covid-19 com os anos que se seguiram a essa crise fica claro o peso dos países-membros do BRICS para o total das exportações brasileiras, que de fato aumentou entre esses dois períodos. O conjunto ampliado absorveu nos últimos anos mais de uma terça parte do valor exportado total pelo país, conforme a tabela 1.

TABELA 1**Exportações brasileiras para parceiros selecionados**

	Média 2018-2019		Média 2021-2023	
	US\$ bilhões	%	US\$ bilhões	%
BRICS	69,8	30,8	102,4	32,2
Novos membros BRICS	8,4	3,7	10,9	3,4
BRICS ampliado	78,3	34,6	113,3	35,6
Estados Unidos e UE	61,2	27,2	80,2	25,2
Parceiros – total	139,9	61,8	193,5	60,8
Mundo – total	226,5	100,0	318,3	100,0

Fonte: UN Comtrade, 2024.

Elaboração do autor.

O superávit comercial brasileiro é fortemente explicado pelas transações com esses principais parceiros: nos dois períodos considerados eles absorveram 61% do valor total exportado e forneceram 63% do valor total importado pelo país entre 2018 e 2019 e cerca de 67% entre 2021 e 2023. A diferença entre valores exportados e importados, de fato, aumentou entre os dois períodos.

TEXTO para DISCUSSÃO

Parceiros tradicionais, como os Estados Unidos e a UE, perderam peso relativo tanto como destino das exportações brasileiras quanto enquanto origem dos produtos importados, entre os dois períodos. Já o grupo BRICS ampliado absorveu em torno de 35% das exportações brasileiras nos dois períodos, enquanto seu peso no total importado aumentou de 26% para 32% (tabela 2).

TABELA 2

Importações brasileiras de parceiros selecionados

	Média 2018-2019		Média 2021-2023	
	US\$ bilhões	%	US\$ bilhões	%
BRICS	45,9	23,9	76,6	29,5
Novos membros BRICS	3,4	1,8	6,4	2,5
BRICS ampliado	49,4	25,6	83,0	32,0
Estados Unidos e UE	72,1	37,4	90,0	34,7
Parceiros – total	121,4	63,0	173,0	66,7
Mundo – total	192,7	100,0	259,6	100,0

Fonte: UN Comtrade, 2024.
Elaboração do autor.

Do ponto de vista de relacionamento com o grupo BRICS, portanto, é crescente a interação da economia brasileira com o grupo no seu comércio externo total.

A dimensão relevante aqui é, contudo, em relação aos elementos que determinam os processos produtivos. Portanto, diz respeito aos chamados bens de produção, conforme classificação indicada no apêndice A.

Como é sabido, a economia brasileira não é propriamente um forte competidor no mercado internacional de bens de produção. De fato, o pouco que exporta desses itens se destina mais a outras economias latino-americanas, e não tem presença relevante nos principais mercados.

Isso se reflete no fato de que as exportações de bens de produção para esses parceiros selecionados, que estão entre os mercados mais expressivos e mais dinâmicos do planeta, correspondem a pouco mais da metade do valor total desses bens exportados pelo país. Segundo a tabela 3, a participação desse conjunto de parceiros nas exportações brasileiras de bens de produção de fato se reduziu entre os dois períodos, de cerca de 50% para em torno de 48%. No caso específico do conjunto BRICS ampliado esse percentual sequer atingiu os 10%.

TABELA 3**Exportações brasileiras de bens de produção para parceiros selecionados**

	Média 2018-2019		Média 2021-2023	
	US\$ bilhões	%	US\$ bilhões	%
BRICS	3,9	7,3	4,2	6,7
Novos membros BRICS	0,7	1,3	0,5	0,8
BRICS ampliado	4,6	8,6	4,7	7,5
Estados Unidos e UE	22,2	41,6	25,3	40,7
Parceiros – total	26,8	50,2	29,9	48,2
Mundo – total	53,5	100,0	62,1	100,0

Fonte: UN Comtrade, 2024.
Elaboração do autor.

Se esse conjunto de parceiros tem peso limitado nas exportações brasileiras de bens de produção, o inverso ocorre em sua importância enquanto fornecedores desses mesmos bens. Esse conjunto é origem da maior parte do que o Brasil importa de bens de produção: cerca de 67% entre 2018 e 2019 e em torno de 70% entre 2021 e 2023, em média (tabela 4). Mais à frente são apresentadas as participações por setores. Do ponto de vista geoeconômico, portanto, decisões políticas ou alterações conjunturais que tenham lugar nesses países muito provavelmente poderão vir a gerar repercussões sobre a estrutura produtiva brasileira.

TABELA 4**Importações brasileiras de bens de produção de parceiros selecionados**

	Média 2018-2019		Média 2021-2023	
	US\$ bilhões	%	US\$ bilhões	%
BRICS	33,5	28,7	52,4	33,8
Novos membros BRICS	1,2	1,0	1,9	1,2
BRICS ampliado	34,7	29,7	54,3	35,1
Estados Unidos e UE	43,1	37,0	53,8	34,7
Parceiros – total	77,7	66,7	108,0	69,8
Mundo – total	116,7	100,0	154,7	100,0

Fonte: UN Comtrade, 2024.
Elaboração do autor.

A evolução do peso relativo dos BRICS é semelhante aqui, em comparação ao total das importações. Os bens de produção provenientes dos Estados Unidos e da UE tiveram leve perda de participação, de 37% para cerca de 35%. Já o grupo BRICS ampliado

TEXTO para DISCUSSÃO

aumentou sua participação de quase 30% para pouco mais de 35% do total entre os dois períodos. A maior parte desse resultado é relativo aos quatro parceiros originais do Brasil nos BRICS: eles foram responsáveis por cerca de 29% dessas importações no primeiro período, e quase 34% no segundo.

Agregue-se a isso o fato de que, com base na Matriz de Insumo-Produto, é possível estimar a importância desses parceiros para o aumento da capacidade produtiva. A contribuição dos produtos advindos dessas quatro origens para a formação bruta de capital do Brasil subiu de 74% para 90% entre os dois períodos, ressaltando a pertinência da análise.

Boa parte da explicação para esse diferencial de desempenho nas importações brasileiras de bens de produção está relacionada ao diferencial de condições de oferta. Comparando-se a variação na quantidade importada e nos preços médios dos produtos provenientes dos BRICS com os produtos ofertados pelo conjunto dos Estados Unidos e da UE, há indicações de que a queda na participação destes últimos em termos das quantidades importadas e o correspondente aumento da participação dos BRICS estão, de modo geral, relacionados ao fato de que os preços médios dos produtos dos Estados Unidos e da UE se elevaram, entre os dois períodos (2018-2019 e 2021-2023), várias vezes mais que o verificado nos preços médios dos produtos dos BRICS (tabela 5).

TABELA 5

Importação de bens de produção: variação em quantidade e preço entre os dois períodos (2018-2019 versus 2021-2023)

	Quantidade (Kg)	Preço médio (US\$/Kg)
BRICS	59,4	4,5
Novos	6,5	77,9
BRICS + novos	51,2	11,2
Estados Unidos e UE	-5,3	31,9
Grupos – total	26,8	6,3

Fonte: UN Comtrade, 2024.

Elaboração do autor.

Como dito acima, os bens de produção considerados aqui são basicamente produtos manufaturados. Para análise mais detalhada, é preciso utilizar uma identificação dos produtos segundo algum critério, o que leva à Classificação Padrão do Comércio Internacional (SITC). Tal classificação leva em conta a natureza do produto, os materiais

empregados em sua produção, o estágio de processamento na sua fabricação e os seus usos. Aqui foi utilizada a estrutura correspondente à revisão 4 da SITC.⁶

Em geral, são considerados manufaturados aqueles produtos incluídos nas seções 5 – Produtos químicos e derivados, 6 – Produtos manufaturados segundo o material, 7 – Máquinas e equipamentos de transporte e 8 – Artigos manufaturados diversos. Nessa relação estão listados os bens de produção, segundo o critério adotado aqui e conforme os dados do apêndice A.

Para uma economia rica em recursos naturais, como a brasileira, o conceito de produtos semimanufaturados é importante, em particular nas considerações sobre comércio externo, e os produtos classificados como tal estão em outras seções da SITC. Mas eles não correspondem aos critérios de definição de bens de produção em sentido estrito. Por isso, a análise se concentra nas seções 5 a 8.

Nessas quatro seções, mais de 60% do valor importado de bens de produção no período pré-pandemia era originário desses parceiros considerados, com diferenças significativas (tabela 6). A participação dos BRICS era mais notável nos manufaturados classificados segundo o material e em máquinas e equipamentos de transporte, enquanto o peso dos Estados Unidos e da UE foi mais expressivo nas outras duas seções. Apenas nos manufaturados classificados segundo o material as importações provenientes dos BRICS tiveram mais peso que os produtos dos Estados Unidos e da UE.

TABELA 6

Participação de bens de produção importados por seções da SITC (2018-2019)
(Em %)

	Produtos químicos e derivados	Manufaturados segundo o material	Máquinas e equipamentos de transporte	Manufaturados diversos
BRICS	23,5	36,8	30,5	19,0
Novos	2,8	0,6	0	0,1
BRICS ampliado	26,3	37,4	30,6	19,1
Estados Unidos e UE	43,3	29,1	33,9	52,9
Parceiros – total	70,0	66,4	64,4	72,0
Mundo – total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UN Comtrade, 2024.
Elaboração do autor.

6. Proposta pela Comissão Estatística das Nações Unidas em março de 2006.

TEXTO para DISCUSSÃO

Uma vez superado o período pandêmico, o peso relativo desses parceiros nas importações totais de bens de produção pelo Brasil aumentou em quase todas as seções, sendo a única exceção os produtos químicos e derivados, em que se manteve o nível já expressivo de participação desses parceiros. Isso significa que o grau de *vinculação* do aparato produtivo em relação a esses parceiros se tornou ainda mais acentuado nos últimos anos (tabela 7).

TABELA 7

Participação de bens de produção importados por seções da SITC (2021-2023)
(Em %)

	Produtos químicos e derivados	Manufaturados segundo o material	Máquinas e equipamentos de transporte	Manufaturados diversos
BRICS	29,9	41,3	35,2	29,8
Novos	2,7	1,1	0	0,1
BRICS ampliado	32,6	42,4	35,3	29,9
Estados Unidos e UE	36,4	25,7	35,8	42,8
Parceiros – total	69,0	68,1	71,0	72,7
Mundo – total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UN Comtrade, 2024.
Elaboração do autor.

A comparação entre os dados das tabelas 6 e 7 revela um movimento expressivo de redesenho das parcerias em relação à oferta de bens de produção para os processos produtivos no Brasil. Nas quatro seções houve aumento importante da participação dos BRICS, em detrimento do peso relativo dos Estados Unidos e da UE enquanto fornecedores desses produtos.

Na seção 5 (químicos e derivados), o peso relativo dos produtos provenientes dos Estados Unidos e da UE era, antes da pandemia, 65% mais elevado que a participação dos produtos dos BRICS. No período recente essa vantagem caiu para 12%.

Na seção 6 (manufaturas segundo o material), a participação dos BRICS já era 28% mais elevada no primeiro período. Esse diferencial aumentou para não menos que 65% nos últimos anos.

Na seção 7 (máquinas e material de transporte), a participação dos Estados Unidos e UE era, antes da pandemia, 11% superior à dos BRICS. Esse diferencial foi reduzido para pouco mais de 1% no período recente.

Na seção 8 (manufaturas diversas), a vantagem dos produtos dos Estados Unidos e da UE era de quase três vezes a participação dos BRICS. Nos últimos anos esse diferencial foi reduzido a 43%.

Nos dois períodos a participação dos novos membros dos BRICS permaneceu marginal.

Resta pouca dúvida de que o ganho em termos de presença no mercado brasileiro de bens de produção por parte dos BRICS é certamente notável. Isso não significa que os produtos provenientes dos Estados Unidos e da UE tenham passado a ter presença marginal nas importações brasileiras de bens de produção. Mas as alterações ocorridas em um intervalo de tempo relativamente curto, em favor dos BRICS, trazem à consideração dimensões de ordem geoeconômica, uma vez que os graus de *vinculação* do aparato produtivo brasileiro passam a ser mais nítidos em relação a novos parceiros.

TABELA 8

Importação de bens de produção: variação em quantidade e preço entre os dois períodos (2018-2019 versus 2021-2023)

	Produtos químicos e derivados		Manufaturados segundo o material		Máquinas e equipamentos de transporte		Manufaturados diversos	
	Quantum (Kg)	Preço médio (US\$/Kg)	Quantum (Kg)	Preço médio (US\$/Kg)	Quantum (Kg)	Preço médio (US\$/Kg)	Quantum (Kg)	Preço médio (US\$/Kg)
BRICS	57,4	31,5	61,6	-2,4	69,3	-24,4	53,2	38,2
Novos	2,8	51,1	106,7	26,7	221,9	-55,4	183,7	-25,8
BRICS + novos	46,4	37,6	63,0	-2,2	69,4	-24,4	53,6	37,9
Estados Unidos e UE	-3,5	41,5	-25,2	65,7	3,2	13,3	-10,7	22,6

Fonte: UN Comtrade, 2024.

Elaboração do autor.

Ao se analisar as variações de volume e preço médio em cada seção, as indicações são de que a variação de preços médios é um elemento determinante nos casos dos produtos químicos e derivados (menor aumento nos preços dos BRICS), manufaturados segundo o material (queda dos preços dos BRICS e forte aumento dos preços dos Estados Unidos-UE) e máquinas e equipamentos de transporte (queda pronunciada dos preços dos BRICS, aumento dos preços dos Estados Unidos-UE).

Já a seção dos manufaturados diversos constitui uma exceção. Os preços médios dos produtos dos BRICS aumentaram mais que os dos Estados Unidos-UE, e ainda assim houve queda do volume importado destes últimos e aumento expressivo do volume importado dos BRICS, o que sugere que ao menos neste caso há elementos determinantes adicionais do desempenho em cada caso. Investigar as causas desse comportamento diferenciado transcende os limites deste *Texto para Discussão*. Fica a sugestão para análises posteriores.

Há aqui um claro tema para pesquisa em um grau mais detalhado, por produtos, da comparação dos preços em cada caso, assim como dos elementos de políticas internas nos países ofertantes que determinam esse desempenho, em cada caso.

O próximo passo na análise é identificar os setores produtivos mais afetados por essas alterações. Para isso foi feita associação entre os itens importados de cada origem e os setores que os empregam em seus processos produtivos. Foi utilizada a correspondência disponível na Matriz de Insumo-Produto do Brasil em sua versão mais recente, de 2015, evidentemente supondo a estabilidade dos coeficientes técnicos ao longo do período considerado.

Para identificar o valor importado por setores no primeiro período foi utilizada a média dos valores estimados para a matriz, relativos aos anos de 2018 e 2019. Para o segundo período foram usados os dados da matriz para 2021, última informação disponível.

Os dados básicos que permitiram construir as tabelas anteriores (não mostrados aqui), indicando os valores importados de bens de produção segundo cada item do apêndice A, de acordo com o país de origem desses produtos, foram considerados para se estimar os percentuais correspondentes a cada setor.

Esses percentuais assim estimados foram aplicados às importações realizadas por cada um dos setores da Matriz de Insumo-Produto. Isso permitiu identificar, entre as importações realizadas por cada setor, uma aproximação dos valores correspondentes aos bens de produção originários de cada uma dessas quatro origens consideradas.

O foco aqui é apenas nas importações de bens de produção e a identificação de sua origem. Os resultados das participações para cada setor são mostrados no apêndice B.

A maior parte dos setores importa outros itens, além dos bens de produção listados. Assim, as somas das participações das quatro origens mostradas nas tabelas B.1 e B.2 no apêndice B não correspondem a 100%.

Para a elaboração das tabelas B.1 e B.2 foram levados em conta apenas aqueles setores para os quais o percentual acumulado de importações de bens de produção provenientes dessas quatro origens consideradas superou os 50% do total importado setorial em cada período. Isso possibilitou o enfoque em 33 setores em 2018-2019 e em 28 setores em 2021-2023. Desses, 26 setores tiveram percentual de importações de bens de produção dessas origens superior aos 50% nos dois períodos, o que permite analisar a evolução das participações em cada setor.

A tabela 9 resume a direção da variação dessas participações: sinal positivo indica aumento da participação entre os dois períodos, sinal negativo aponta queda e zero reflete participação inalterada. Ressalte-se que o foco aqui é apenas o sentido da variação, não sendo considerada a intensidade em cada caso.

TABELA 9

Variação na participação de cada parceiro nas importações setoriais (2018-2019 versus 2021 e 2023)

	BRICS	Estados Unidos-UE	Resto do mundo	Total
Pecuária	+	-	+	+
Extração de carvão mineral	+	-	+	+
Extração de minério de ferro	+	-	-	-
Fabricação de bebidas	+	-	+	+
Fabricação de têxteis	+	0	-	+
Vestuário e acessórios	+	-	-	+
Calçados e artefatos de couro	+	-	-	+
Fabricação de produtos de madeira	+	+	+	+
Fabricação de celulose e papel	+	-	+	+
Impressão e reprodução de gravações	+	-	+	+
Químicos orgânicos e inorgânicos	+	-	-	-
Produtos químicos diversos	+	-	-	+
Produtos de limpeza e higiene pessoal	+	-	-	+
Produtos farmacêuticos	+	+	0	+
Produtos de borracha e plástico	+	-	-	+
Produtos de minerais não metálicos	+	-	+	+
Metalurgia de metais não ferrosos	+	+	+	+
Produtos de metal exceto máquinas	+	-	-	+
Equipamentos de informática e eletrônicos	+	-	0	+
Máquinas e equipamentos elétricos	+	-	+	+
Máquinas e equipamentos mecânicos	+	-	-	-

(Continua)

TEXTO para DISCUSSÃO

(Continuação)

	BRICS	Estados Unidos-UE	Resto do mundo	Total
Automóveis, caminhões e ônibus	+	+	-	+
Peças para veículos automotores	+	-	-	+
Outros equipamentos de transporte	-	+	-	-
Móveis	+	-	+	+
Manutenção de máquinas e equipamentos	+	-	-	-
Construção	+	-	0	+
Alimentação	0	-	+	0
Saúde privada	+	+	+	+

Fonte: UN Comtrade, 2024; e Matriz de Insumo-Produto/IBGE, 2010.
Elaboração do autor.

Não foram consideradas aqui as participações dos novos membros dos BRICS, uma vez que sua participação é comprovadamente pequena e indicar apenas o sentido da variação seria enganoso.

Com as únicas exceções de outros equipamentos de transporte e de alimentação, em todos os demais 24 setores houve aumento na presença de bens de produção originados nos BRICS.

As variações nas participações setoriais dos bens de produção dos Estados Unidos e da UE entre os dois períodos são mistas, mas há indicações de perda de participação na maior parte (dezenove) dos setores. Algo semelhante, embora menos intenso, é registrado nos bens de produção provenientes do resto do mundo, com perda de participação em 14 dos 26 setores.

Esses resultados são ainda mais notáveis ao se considerar que esses movimentos tiveram lugar quando a importação agregada dos bens de produção dessas três origens aumentou sua participação nas importações totais em 20 dos 26 setores (última coluna da tabela 7). Isso significa que a ampliação da presença dos produtos provenientes dos BRICS teve lugar em momento expansivo, refletindo um ritmo acelerado de aumento de presença no mercado nacional de bens de produção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises costumeiras das relações econômicas entre dois países ou grupo de países concentra o foco nas relações comerciais – o resultado líquido sobre a balança comercial e a composição das pautas de exportação e importação – e nos fluxos de recursos,

seja a magnitude e ritmo dos investimentos diretos, sejam os fluxos financeiros, para o que a análise considera elementos adicionais como a paridade cambial e o diferencial de taxas de juros.

A ênfase aqui é distinta. A partir das considerações da literatura recente sobre geoeconomia, o exercício consistiu em identificar o peso de alguns parceiros selecionados no que seria sua capacidade potencial de influenciar a estrutura produtiva do Brasil, por meio da oferta de bens de produção, entendendo que – à luz da lógica geoeconômica – quanto mais intensa a participação no emprego desses bens no processo produtivo local, tanto maior a margem para a influência econômica e eventualmente política sobre o país.

Este texto mostrou indicações de um notável avanço dos BRICS na provisão de bens de produção empregados no Brasil. Nas seções da SITC que caracterizam os produtos manufaturados em sentido estrito, mesmo naquelas seções em que permanece o predomínio dos produtos provenientes dos Estados Unidos e da UE, subiu bastante a participação dos produtos fornecidos pelos BRICS. No âmbito dos setores produtivos considerados na Matriz de Insumo-Produto brasileira o aumento de participação dos produtos dos BRICS é uma característica de quase todos os setores, no período pós-pandemia.

Esses indicadores sugerem, desde logo, a necessidade de se reconhecer que há implicações potenciais em termos geoeconômicos. A estrutura produtiva do país passa a ser mais sensível a decisões de política e a variações ocorridas em novos parceiros, e não apenas nos parceiros tradicionais.

Não há nada intrinsecamente bom nem nada intrinsecamente ruim com essa constatação de maior envolvimento com os bens de produção provenientes dos BRICS. Qualquer inferência mais incisiva a respeito demanda análise mais detalhada, em pelo menos dois sentidos, conforme descrito a seguir.

A partir da constatação apresentada aqui, cabe investigar as razões que levaram a esse aumento de participação tão pronunciado e tão generalizado. O nível de análise neste *Texto para Discussão* não permite inferir, por exemplo, se isso se deveu a políticas de preços, ou diferenciação de características tecnológicas. É preciso avaliar em um grau bem mais detalhado, para cada produto e em cada setor, o que teria ocorrido exatamente, a partir da análise das variações de preços e quantidades, segundo a origem dos produtos.

Outra dimensão de análise sugerida por esses resultados é verificar a relação entre essas variações de participação dos produtos segundo sua origem em comparação não apenas aos fornecedores parceiros, mas também à oferta interna. Cabe averiguar se esse movimento sugerido aqui correspondeu a um processo de maior abertura dos setores, de tal modo a se avaliar se o aumento da participação dos BRICS se deveu a um processo de expansão das importações e busca de novos parceiros ou se foi uma substituição das origens dos produtos.

Essa análise comparada com a oferta interna tem igualmente implicações relevantes, do ponto de vista geoeconômico. Um processo de ganho de participação dos BRICS associado a maior abertura comercial refletiria a busca, de parte dos produtos nacionais, de eventuais oportunidades mais adequadas de oferta.

A alternativa de substituição pura e simples dos produtos *ocidentais* por produtos dos BRICS sem que isso resulte em um movimento correspondente de abertura comercial geral por parte do Brasil pode ter repercussões mais expressivas, sobretudo se for o reflexo de políticas agressivas de preços, tendo eventualmente rebatimentos de ordem política no cenário internacional.

Em resumo, espera-se que a proposta de enfoque adotada aqui possa contribuir para nova perspectiva de análise das relações bilaterais, indo além das dimensões tradicionais de avaliação dessas relações. Ao incluir uma dimensão geopolítica, a visão geral das relações bilaterais ganha novos contornos, e abre margem para estudos mais detalhados de potenciais implicações econômicas e políticas que possam derivar dessas relações.

REFERÊNCIAS

AUSTVIK, O. G. Concepts of geopolitics and energy security. **IAEE Energy Forum**, p. 25-28, 2nd Quarter 2018.

BARACUHY, B. Geoeconomia: a lógica geopolítica no comércio mundial. **Política Externa**, v. 24, n. 1-2, p. 93-106, jul./dez. 2015.

BARU, S. Geo-economics and strategy. **Survival: Global Politics and Strategy**, v. 54, n. 3, p. 47-58, June/July 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00396338.2012.690978>.

BAUMANN, R. **Política industrial nos EUA**: possíveis efeitos no Brasil. Brasília: Ipea, 2024. (Nota Técnica, n. 69).

BLACKWILL, D. R.; HARRIS, M. J. **War by other means: geoeconomics and statecraft**. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

CHINA is writing the world's technology rules. **The Economist**, 10 Oct. 2024. Disponível em: <https://www.economist.com/business/2024/10/10/china-is-writing-the-worlds-technology-rules>. Acesso em: 11 out. 2024.

CLAYTON, C.; MAGGIORI, M.; SCHREGER, J. **A framework for geoeconomics**. Cambridge: NBER, 2024. (Working Paper, n. 31852). Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w31852>.

COWEN, D.; SMITH, N. After geopolitics? From the geopolitical social to geoeconomics. **Antipode**, v. 41, n. 1, p. 22-48, Jan. 2009.

DEMPSEY, H.; WHITE, E. Chinese export curbs on key minerals threaten Western chipmakers' output. **Financial Times**, 28 Aug. 2024. Disponível em: <https://www.ft.com/content/9cd56880-4360-4e11-8c22-e810d3787e88>. Acesso em: 28 ago. 2024.

HITATUKA, C. A experiência chinesa com sócios menores e construção de cadeias de valor: o exemplo da Asean. In: CEBC – CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA; CNA – CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA NO BRASIL. **Investimentos, cadeias de valor e competitividade: reflexões sobre um eventual acordo de livre-comércio Mercosul-China**. Rio de Janeiro: CEBC; CNA, 2024. p. 80-115.

JAEGER, C. B.; BRITES, P. V. P. Geoeconomics in the light of International Political Economy: a theoretical discussion. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 1, p. 22-36, Jan./Mar. 2020.

KISSINGER, H. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

MADE in China 2025 plan unveiled. **China Daily**, 19 May 2015. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/bizchina/2015-05/19/content_20760528.htm. Acesso em: 12 jul. 2024.

MATTLIN, M. Geoeconomics in the context of restive regional powers. **Asia Europe Journal**, v. 14, n. 2, p. 125-134, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10308-015-0443-9>.

MORAES, H. The changing logic of International Economic Law. **UCLA Journal of International Law and Foreign Affairs**, v. 27, n. 2, p. 115-184, 2024.

QIU, H; XIA, D.; YETMAN, J. Deconstructing global trade: the role of geopolitical alignment. **BIS Quarterly Review**, p. 35-50, Sept. 2024.

ROBERTS, A.; MORAES, H. C.; FERGUSON, V. Toward a geoeconomic order in international trade and investment. **Journal of International Economic Law**, v. 22, n. 4, p. 655-676, Dec. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jiel/jgz036>.

SANCHEZ-BADIN, M. *et al.* **Mapeamento de quinze instrumentos de avaliação dos investimentos externos**. Brasília: Ipea, 2022. (Texto para Discussão, n. 2736).

SCHOLVIN, S.; WIGELL, M. Power politics by economic means: geoeconomics as an analytical approach and foreign policy practice. **Comparative Strategy**, v. 37, n. 1, p. 73-84, 2018.

SIMINGTON, N. China is winning. Now what? **American Affairs**, v. 8, n. 3, p. 3-23, Fall 2024.

THE UNITED STATES OF AMERICA. **Countering America's Adversaries Through Sanctions Act**. Washington, D.C.: U.S. Department of the Treasury, 2017a. Disponível em: <https://congress.gov/115/plaws/publ44/PLAW-115publ44.pdf>.

_____. **National Security Strategy of the United States of America**. Washington, D.C.: The White House, 2017b. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>.

WIGELL, M. *et al.* **Navigating geoeconomic crisis: towards an international business risk and resilience monitor**. Helsinki: FIIA, 2022. (FIIA Report, n. 71).

YU, H. Motivation behind China's 'One Belt, One Road' Initiatives and establishment of the Asian Infrastructure Investment Bank. **Journal of Contemporary China**, v. 26, n. 105, p. 353-368, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10670564.2016.1245894>.

APÊNDICE A

BENS DE PRODUÇÃO NAS SEÇÕES 5 A 8, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO PADRÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL – REVISÃO 4 (2006)

TABELA A.1

Bens de produção: seção 5 – produtos químicos e derivados

511,11	512,31	514,67	516,23	522,60	523,84	533,17	541,63	554,34	574,31	581,40	592,30	598,90
511,12	512,35	514,71	516,24	522,60	523,89	533,18	541,64	554,35	574,32	581,50	592,30	598,90
511,13	512,41	514,73	516,25	522,60	524,31	533,21	541,91	562,11	574,33	581,60	592,30	599,00
511,14	512,42	514,79	516,26	522,60	524,32	533,29	541,92	562,12	574,34	581,70	593,10	599,00
511,19	512,43	514,81	516,27	522,60	524,91	533,41	541,93	562,13	574,39	582,11	593,10	599,00
511,21	512,44	514,82	516,28	522,60	524,92	533,42	541,99	562,14	575,11	582,19	593,20	599,00
511,22	513,71	514,83	516,29	522,70	524,93	533,43	542,11	562,16	575,12	582,21	593,30	599,00
511,23	513,72	514,84	516,31	522,70	524,94	533,44	542,12	562,17	575,13	582,22	593,30	-
511,24	513,73	514,85	516,39	522,70	524,95	533,51	542,13	562,19	575,19	582,23	597,20	-
511,25	513,74	514,86	516,91	522,70	524,96	533,52	542,19	562,39	575,21	582,24	597,30	-
511,26	513,75	514,89	516,92	522,70	524,99	533,53	542,21	562,91	575,29	582,25	597,30	-
511,27	513,76	515,42	516,99	523,10	525,11	533,54	542,22	562,92	575,31	582,26	597,30	-
511,29	513,77	515,43	522,10	523,20	525,13	533,55	542,23	562,93	575,39	582,27	597,30	-
511,31	513,78	515,44	522,21	523,20	525,15	541,12	542,24	562,94	575,41	582,28	597,70	-
511,32	513,79	515,49	522,22	523,30	525,17	541,13	542,29	562,95	575,42	582,29	597,70	-
511,33	513,81	515,50	522,23	523,30	525,19	541,14	542,91	562,96	575,43	582,91	597,70	-
511,34	513,82	515,61	522,24	523,30	525,91	541,15	542,92	562,99	575,44	582,99	597,70	-
511,35	513,83	515,62	522,25	523,40	525,95	541,16	542,93	571,11	575,45	583,10	598,10	-
511,36	513,84	515,63	522,26	523,40	531,11	541,17	551,31	571,12	575,51	583,20	598,10	-
511,37	513,85	515,69	522,27	523,40	531,12	541,31	551,32	571,20	575,52	583,90	598,10	-
511,38	513,89	515,71	522,28	523,40	531,13	541,32	551,33	571,90	575,53	591,10	598,10	-
511,39	513,91	515,72	522,29	523,40	531,14	541,33	551,35	572,11	575,54	591,20	598,20	-
511,40	513,92	515,73	522,31	523,50	531,15	541,39	551,41	572,19	575,59	591,30	598,40	-
512,11	513,93	515,74	522,32	523,50	531,16	541,41	551,49	572,91	575,91	591,40	598,40	-
512,12	513,94	515,75	522,33	523,50	531,17	541,42	562,22	572,92	575,92	591,90	598,40	-
512,13	513,95	515,76	522,34	523,50	531,19	541,43	562,29	572,99	575,93	592,11	598,50	-
512,14	513,96	515,77	522,35	523,60	531,21	541,44	562,31	573,11	575,94	592,12	598,60	-
512,15	514,51	515,78	522,36	523,60	531,22	541,45	562,32	573,12	575,95	592,13	598,60	-
512,16	514,52	515,79	522,37	523,60	532,21	541,46	554,11	573,13	575,96	592,14	598,60	-
512,17	514,53	516,12	522,39	523,60	532,22	541,49	554,15	573,91	575,97	592,15	598,70	-
512,19	514,54	516,13	522,41	523,70	532,31	541,53	554,19	573,92	579,10	592,16	598,70	-
512,21	514,55	516,14	522,42	523,70	532,32	541,54	554,21	573,93	579,20	592,17	569,70	-
512,22	514,61	516,15	522,51	523,70	533,11	541,55	554,22	573,94	579,30	592,21	598,80	-
512,23	514,62	516,16	522,52	523,70	533,12	541,56	554,23	573,99	579,90	592,22	598,80	-
512,24	514,63	516,17	522,53	523,80	533,13	541,59	554,31	574,11	581,10	592,23	598,90	-
512,25	514,64	516,21	522,54	523,80	533,14	541,61	554,32	574,19	581,20	592,24	598,90	-
512,29	514,65	516,22	522,55	523,80	533,15	541,62	554,33	574,20	581,30	592,25	598,90	-

Fonte: Classificação Padrão do Comércio Internacional – revisão 4, 2006.

Elaboração do autor.

TABELA A.2
Bens de produção: seção 6 – produtos manufaturados segundo o material

611,20	625,51	635,39	641,76	651,32	652,13	653,10	654,41	657,30	661,83	664,40	671,55	675,12	676,34	679,44	684,10	691,12	695,51	699,73
611,43	625,59	635,41	641,77	651,33	652,14	653,10	654,42	657,30	662,31	664,50	671,59	675,20	676,39	679,49	684,20	691,13	695,52	699,75
611,44	625,91	635,42	641,78	651,34	652,15	653,20	654,50	657,40	662,32	664,50	672,41	675,22	676,41	679,51	684,20	691,14	695,53	699,76
611,45	625,92	635,49	641,79	651,41	652,21	653,20	654,60	657,40	662,33	664,50	672,45	675,31	676,42	679,52	684,20	691,19	695,54	699,77
611,51	625,93	635,91	641,92	651,42	652,22	653,20	654,91	657,50	662,41	664,70	672,47	675,32	676,43	679,53	684,20	691,21	695,55	699,78
611,52	625,94	635,99	641,93	651,43	652,23	653,20	654,92	657,50	662,42	664,70	672,49	675,33	676,44	679,54	684,30	691,29	695,59	699,79
611,61	629,19	641,10	641,94	651,44	652,24	653,20	654,93	657,60	662,43	664,80	672,61	675,34	676,45	679,55	684,30	692,11	695,61	699,81
611,62	629,21	641,21	642,11	651,51	652,25	653,20	654,94	657,60	662,44	664,90	672,62	675,35	676,46	679,56	684,30	692,12	695,62	699,83
611,71	629,22	641,22	642,12	651,52	652,26	653,30	654,95	657,60	662,45	664,90	672,69	675,36	676,47	679,59	685,10	692,41	695,63	699,85
611,72	629,29	641,24	642,13	651,59	652,31	653,30	654,96	657,70	663,11	664,90	672,70	675,37	676,48	681,12	685,10	692,42	695,64	699,87
611,79	629,91	641,26	642,14	651,62	652,32	653,30	654,97	657,70	663,12	664,90	672,81	675,38	676,81	681,13	685,20	692,43	695,70	699,91
611,81	629,92	641,29	642,15	651,63	652,33	653,30	655,11	657,70	663,13	664,90	672,82	675,41	676,82	681,14	686,10	692,44	699,11	699,92
611,83	629,99	641,31	642,16	651,64	652,34	653,30	655,12	657,80	663,21	665,00	673,21	675,42	676,83	681,22	686,10	693,11	699,12	699,93
612,20	633,11	641,32	642,21	651,69	652,41	653,30	655,19	657,90	663,22	665,00	673,24	675,43	676,84	681,23	686,30	693,12	699,13	699,94
612,90	633,19	641,34	642,23	651,73	652,42	653,40	655,21	657,90	663,29	665,10	673,27	675,51	676,85	681,24	686,30	693,13	699,14	699,95
613,11	633,21	641,41	642,31	651,74	652,43	653,40	655,22	657,90	663,31	665,20	673,29	675,52	676,86	681,25	686,30	693,20	699,15	699,99
613,19	633,29	641,42	642,33	651,75	652,44	653,40	655,23	657,90	663,32	665,20	673,41	675,53	676,87	682,11	687,10	693,50	699,16	-
613,20	634,11	641,46	642,34	651,76	652,45	653,50	655,29	658,10	663,33	665,20	673,46	675,54	676,88	682,12	687,10	694,10	699,17	-
613,30	634,12	641,47	642,39	651,77	652,51	653,50	656,11	658,10	663,34	665,30	673,49	675,55	677,01	682,13	687,20	694,21	699,19	-
621,11	634,21	641,48	642,41	651,78	652,52	653,60	656,12	658,10	663,35	665,90	673,51	675,56	677,09	682,14	689,10	694,22	699,21	-
621,12	634,22	641,51	642,42	651,81	652,53	653,60	656,13	658,20	663,36	665,90	673,52	675,61	678,14	682,31	689,10	694,31	699,22	-
621,19	634,23	641,52	642,43	651,82	652,54	653,80	656,14	661,10	663,37	665,90	673,53	675,62	678,15	682,32	689,10	694,32	699,31	-
621,21	634,31	641,53	642,45	651,83	652,61	653,80	656,21	661,10	663,38	665,90	674,11	675,71	678,19	682,41	689,10	694,33	699,32	-
621,29	634,32	641,54	642,91	651,84	652,62	653,80	656,29	661,10	663,39	666,00	674,12	675,72	679,11	682,42	689,20	694,40	699,33	-
621,31	634,33	641,55	642,93	651,85	652,63	653,90	656,31	661,20	663,51	666,00	674,13	675,73	679,12	682,51	689,80	695,10	699,40	-
621,32	634,34	641,56	642,99	651,86	652,64	653,90	656,32	661,20	663,52	671,20	674,14	675,74	679,13	682,52	689,80	695,21	699,51	-
621,33	634,39	641,59	651,12	651,87	652,65	653,90	656,41	661,20	663,53	671,20	674,21	676,11	679,14	682,61	689,80	695,22	699,52	-
621,41	634,54	641,61	651,13	651,88	652,91	654,10	656,42	661,30	663,70	671,20	674,22	676,12	679,15	682,62	689,80	695,23	699,53	-
621,42	634,59	641,62	651,14	651,91	652,92	654,10	656,43	661,30	663,81	671,30	674,31	676,15	679,16	682,71	689,90	695,30	699,54	-
621,43	634,91	641,63	651,15	651,92	652,93	654,20	656,51	661,30	663,82	671,30	674,32	676,17	679,17	682,72	689,90	695,41	699,55	-
621,44	634,93	641,64	651,16	651,93	652,94	654,20	656,59	661,30	663,91	671,30	674,41	676,19	679,31	683,11	689,90	695,42	699,61	-
621,45	635,11	641,69	651,17	651,94	652,95	654,20	657,11	661,30	663,99	671,40	674,42	676,21	679,32	683,12	689,90	695,43	699,62	-
625,10	635,12	641,71	651,18	651,95	652,96	654,30	657,12	661,40	664,11	671,50	674,43	676,22	679,33	683,21	690,00	695,44	699,63	-
625,20	635,20	641,72	651,19	651,96	652,97	654,30	657,19	661,40	664,12	671,50	674,44	676,25	679,39	683,22	690,00	695,46	699,65	-
625,30	635,31	641,73	651,21	651,97	652,98	654,30	657,2	661,40	664,31	671,50	674,51	676,29	679,41	683,23	690,00	695,47	699,67	-
625,41	635,32	641,74	651,22	651,99	653,11	654,30	657,31	661,80	664,39	671,50	674,52	676,31	679,42	683,24	690,00	695,48	699,69	-
625,42	635,33	641,75	651,31	652,12	653,12	654,40	657,32	661,80	664,41	671,50	675,11	676,33	679,43	684,11	691,10	695,49	699,71	-

Fonte: Classificação Padrão do Comércio Internacional – revisão 4, 2006.

Elaboração do autor.

TABELA A.3
Bens de produção: seção 7 – máquinas e equipamentos de transporte

711,11	718,11	723,29	724,74	728,10	731,44	735,15	741,49	743,43	744,74	746,91	751,90	764,30	772,60	776,37	778,71	786,85	793,91
711,12	718,19	723,31	724,81	728,20	731,45	735,91	741,51	743,45	744,79	746,99	751,90	764,30	772,60	776,39	778,78	786,89	793,99
711,21	718,71	723,33	724,83	728,20	731,46	735,95	741,55	743,51	744,81	747,10	752,00	764,30	772,60	776,42	778,79	791,11	-
711,22	718,77	723,35	724,85	728,20	731,51	737,11	741,59	743,55	744,85	747,20	752,00	764,30	772,80	776,44	778,81	791,15	-
711,91	718,78	723,37	724,88	729,00	731,52	737,12	741,71	743,59	744,89	747,30	752,00	764,80	772,80	776,46	778,82	791,21	-
711,92	718,91	723,39	724,91	728,30	731,53	737,19	741,72	743,61	744,91	747,40	751,90	764,80	773,10	776,49	778,83	791,29	-
712,11	718,92	723,41	724,92	728,30	731,54	737,21	741,73	743,62	744,92	747,80	752,00	764,90	773,10	776,81	778,84	791,60	-
712,19	718,93	723,42	725,11	728,30	731,57	737,29	741,74	743,63	744,93	747,90	752,20	764,90	773,10	776,88	778,85	791,70	-
712,80	718,99	723,43	725,12	728,30	731,61	737,31	741,75	743,64	744,94	748,10	752,80	765,00	773,20	776,89	778,86	791,81	-
713,11	721,11	723,44	725,21	728,40	731,62	737,32	741,81	743,67	745,11	748,21	752,30	771,10	773,20	778,11	782,11	791,82	-
713,99	721,12	723,45	725,23	728,40	731,63	737,33	741,82	743,69	745,12	748,22	752,60	771,20	773,20	778,12	782,19	791,91	-
713,21	721,13	723,47	725,25	728,40	731,64	737,34	741,83	743,80	745,19	748,31	752,70	771,20	773,20	778,13	782,21	791,99	-
713,22	721,18	723,48	725,27	728,40	731,65	737,35	741,84	743,91	745,21	748,32	752,90	771,20	773,20	778,17	782,23	792,11	-
713,23	721,19	723,91	725,29	728,40	731,66	737,36	741,85	743,95	745,23	748,39	759,90	771,30	773,20	778,19	782,25	792,15	-
713,31	721,21	723,92	725,91	728,50	731,67	737,37	741,86	744,11	745,27	748,40	759,90	771,30	773,30	778,21	782,27	792,20	-
713,32	721,22	723,93	725,99	728,50	731,69	737,39	741,87	744,12	745,29	748,50	760,00	772,20	773,30	778,22	782,29	792,30	-
713,33	721,23	723,99	726,31	728,50	731,71	737,41	741,89	744,13	745,31	748,60	760,00	772,30	773,30	778,23	783,11	792,40	-
713,81	721,26	724,33	726,35	728,50	731,73	737,42	741,90	744,14	745,32	748,90	759,80	772,30	774,10	778,24	783,19	792,50	-
713,82	721,27	724,35	726,51	728,50	731,75	737,43	742,11	744,15	745,39	749,11	761,30	772,30	774,10	778,29	783,20	792,83	-
713,91	721,29	724,39	726,55	728,50	731,77	737,49	742,19	744,19	745,61	749,12	761,40	772,40	774,10	778,31	784,10	792,84	-
713,92	721,31	724,41	726,59	728,60	731,79	741,21	742,20	744,21	745,62	749,13	761,50	772,40	774,20	778,33	784,21	792,91	-
714,41	721,38	724,42	726,61	731,10	733,11	741,23	742,30	744,25	745,63	749,14	761,60	772,40	774,20	778,34	784,25	792,93	-
714,49	721,39	724,43	726,63	731,10	733,12	741,25	742,40	744,31	745,64	749,15	762,10	772,40	774,20	778,35	784,31	792,95	-
714,81	721,91	724,49	726,65	731,10	733,13	741,28	742,50	744,32	745,65	749,16	762,10	772,40	774,30	778,41	784,32	792,97	-
714,89	721,95	724,51	726,69	731,10	733,14	741,31	742,60	744,33	745,68	749,17	762,20	772,40	776,10	778,43	784,33	793,22	-
714,91	721,96	724,52	726,81	731,20	733,15	741,32	742,71	744,34	745,91	749,18	762,20	772,50	776,10	778,45	784,34	793,24	-
714,99	721,98	724,53	726,89	731,20	733,16	741,33	742,75	744,35	745,93	749,19	762,20	772,50	776,20	778,61	784,35	793,26	-
716,10	721,99	724,54	726,91	731,20	733,17	741,34	742,91	744,37	745,95	749,20	762,80	772,50	776,20	778,62	784,36	793,27	-
716,20	722,30	724,55	726,99	731,30	733,18	741,35	742,95	744,39	745,97	749,91	762,80	772,50	776,30	778,63	784,39	793,28	-
716,31	722,41	724,61	727,11	731,40	733,91	741,36	743,11	744,41	746,10	749,99	762,90	772,50	776,30	778,64	786,10	793,29	-
716,32	722,49	724,67	727,19	731,40	733,93	741,37	743,13	744,43	746,20	751,10	764,10	772,50	776,30	778,65	786,21	793,30	-
716,40	723,11	724,68	727,21	731,40	733,95	741,38	743,15	744,49	746,30	751,21	764,20	772,60	776,30	778,66	786,22	793,51	-
716,51	723,12	724,71	727,22	731,40	733,99	741,39	743,17	744,71	746,40	751,22	764,20	772,60	776,30	778,67	786,29	793,55	-
716,52	723,21	724,72	727,29	731,40	735,11	741,43	743,19	744,72	746,50	751,24	764,20	772,60	776,30	778,68	786,30	793,59	-
716,90	723,22	724,73	728,11	731,40	735,13	741,45	743,41	744,73	746,80	751,28	764,20	772,60	776,40	778,69	786,83	793,70	-

Fonte: Classificação Padrão do Comércio Internacional – revisão 4, 2006.

Elaboração do autor.

TABELA A.4**Bens de produção: seção 8 – artigos manufaturados diversos**

811,00	872,29	874,60	895,11
812,10	872,31	874,60	895,12
812,20	872,33	874,60	895,21
812,20	872,35	874,60	895,22
812,20	872,40	874,70	895,23
812,20	873,11	874,70	895,91
812,30	873,13	874,70	895,92
813,10	873,15	874,70	895,93
813,10	873,19	874,80	895,94
813,10	873,21	874,80	-
813,20	873,25	874,80	-
813,20	873,29	874,80	-
813,20	874,11	881,10	-
813,80	874,12	881,10	-
813,90	874,13	881,10	-
813,90	874,14	881,20	-
814,00	874,22	881,20	-
851,10	874,23	882,20	-
871,10	874,24	882,20	-
871,20	874,25	881,20	-
871,20	874,26	881,30	-
871,30	874,31	881,30	-
871,40	874,35	881,30	-
871,40	874,37	881,30	-
871,40	874,39	881,40	-
871,50	874,41	881,40	-
871,50	874,42	882,10	-
871,90	874,43	882,20	-
871,90	874,45	882,30	-
871,90	874,46	882,40	-
872,00	874,49	882,50	-
872,10	874,51	882,60	-
872,20	874,52	883,10	-
872,20	874,53	883,90	-
872,30	874,54	885,70	-

Fonte: Classificação Padrão do Comércio Internacional – revisão 4, 2006.

Elaboração do autor.

APÊNDICE B

TABELA B.1

Setores cuja participação das quatro origens consideradas superou os 50% (2018-2019)

(Em %)

Setor	BRICS	Novos membros	Estados Unidos-União Europeia	Resto do mundo	Total
Pecuária	22	1	34	19	76
Extração de carvão mineral	14	0	33	15	64
Extração de minério de ferro	18	0	32	18	69
Extração de minerais metálicos não ferrosos	15	0	26	16	58
Fabricação de bebidas	11	0	34	21	66
Fabricação de produtos têxteis	37	1	24	30	93
Confecção de vestuário	59	1	9	23	92
Calçados e artefatos de couro	32	1	28	26	86
Produtos de madeira	14	0	28	15	57
Fabricação de celulose e papel	18	2	21	22	63
Impressão e reprodução de gravações	16	0	22	34	72
Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	23	2	21	25	71
Defensivos, desinfetantes e químicos diversos	34	1	33	23	91
Produtos de limpeza, cosméticos e perfumaria	30	1	35	24	90
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	17	0	42	16	75
Produtos de borracha e material plástico	21	1	37	26	86
Produtos de minerais não metálicos	16	2	21	20	59
Metalurgia de metais não ferrosos	14	1	11	25	50
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas	28	0	29	27	84
Equipamentos de informática, eletrônicos	30	0	13	53	96
Máquinas e equipamentos elétricos	33	0	26	31	91
Máquinas e equipamentos mecânicos	26	0	43	25	93
Automóveis, caminhões e ônibus	17	0	35	37	89
Peças e acessórios para veículos automotores	23	0	32	33	88
Outros equipamentos de transporte	29	0	49	15	94
Fabricação de móveis	26	1	28	27	82
Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos	28	0	43	26	96
Construção	23	0	27	19	69
Transporte aquaviário	11	0	22	19	52

(Continua)

TEXTO para DISCUSSÃO

(Continuação)

Setor	BRICS	Novos membros	Estados Unidos-União Europeia	Resto do mundo	Total
Alimentação	3	0	33	18	53
Edição integrada à impressão	3	0	31	16	50
Atividades de vigilância e segurança	21	0	26	17	64
Saúde privada	12	0	42	16	70
Atividades artísticas, criativas e espetáculos	14	0	47	19	80

Fonte: UN Comtrade, 2024; e Matriz de Insumo-Produto/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Elaboração do autor.

TABELA B.2

Setores cuja participação das quatro origens consideradas superou os 50% (2021-2023)

(Em %)

Setor	BRICS	Novos membros	Estados Unidos-União Europeia	Resto do mundo	Total
Agricultura	42	1	29	22	94
Pecuária	28	1	30	19	77
Extração de carvão mineral	18	0	35	16	70
Extração de minério de ferro	20	0	24	13	57
Fabricação de bebidas	16	0	28	25	69
Fabricação de têxteis	45	2	24	24	96
Vestuário e acessórios	69	1	7	18	95
Calçados e artefatos de couro	38	1	27	25	91
Fabricação de produtos de madeira	19	1	29	16	65
Fabricação de celulose e papel	25	2	19	25	71
Impressão e reprodução de gravações	23	0	20	37	81
Fabricação de combustíveis	26	0	18	9	53
Químicos orgânicos e inorgânicos	24	2	14	24	65
Produtos químicos diversos	43	1	29	21	94
Produtos de limpeza e higiene pessoal	39	1	30	23	93
Produtos farmacêuticos	25	0	45	16	86
Produtos de borracha e plástico	29	2	36	25	92
Produtos de minerais não metálicos	21	2	18	21	62
Metalurgia de metais não ferrosos	17	1	12	35	65

(Continua)

(Continuação)

Setor	BRICS	Novos membros	Estados Unidos-União Europeia	Resto do mundo	Total
Produtos de metal, exceto máquinas	36	1	24	25	87
Equipamentos de informática e eletrônicos	34	0	10	53	97
Máquinas e equipamentos elétricos	37	1	24	33	94
Máquinas e equipamentos mecânicos	34	0	34	23	92
Automóveis, caminhões e ônibus	22	0	38	30	90
Peças para veículos automotores	29	0	30	31	90
Outros equipamentos de transporte	10	0	68	14	92
Móveis	31	1	26	29	88
Manutenção de máquinas e equipamentos	31	0	39	25	95
Construção	32	0	26	19	78
Transporte terrestre	13	0	28	17	59
Alimentação	3	0	23	26	53
Educação pública	13	0	13	9	36
Saúde pública	14	0	33	14	61
Saúde privada	19	0	48	19	87

Fonte: UN Comtrade, 2024; e Matriz de Insumo-Produto/IBGE, 2010.
Elaboração do autor.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Revisão

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Crislayne Andrade de Araújo

Elaine Oliveira Couto

Luciana Bastos Dias

Rebeca Raimundo Cardoso dos Santos

Vivian Barros Volotão Santos

Deborah Baldino Marte (estagiária)

Luíza Cardoso Mendes Velasco (estagiária)

Editoração

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Camila Guimarães Simas

Leonardo Simão Lago Alvite

Mayara Barros da Mota

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico

Aline Cristine Torres da Silva Martins

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro
por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria
ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

